

CONTRATO COM A EMPRESA “AQUALAB LABORATÓRIO CLÍNICO E DE SAÚDE PÚBLICA, LDA”, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – “CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO ANO 2026/2027”

VALOR DO ATO 35.988,00€

CONTRATO N.º 229/2026

Celebram o presente contrato, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, os seguintes outorgantes: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º229/DA/2025, de 5 de novembro, publicado através do Edital n.º 137/2025.-----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

AQUALAB LABORATÓRIO CLÍNICO E DE SAÚDE PÚBLICA, LDA, com sede social na Quinta da Bellavista – Rua do Estádio, lote E-4 no concelho de Albufeira matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, sob o número único de matrícula e identificação fiscal 502802251 e o capital social de 2.750.000,00€, neste ato representada por **Jorge José Pisco Queiroz**, titular do cartão de cidadão com o n.º _____ e número de identificação fiscal _____, e Elsa Maria Evaristo Nunes titular do cartão de cidadão com o n.º _____ e número de identificação fiscal _____ com poderes para o ato conforme consta certidão permanente apresentada. -----

Considerando que: -----

- A.** O **MUNICÍPIO DE LAGOA**, promoveu um procedimento por Consulta Prévia com a referência 2026/300.10.005/748 para a prestação de serviços a prestação de serviços, **“CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO ANO 2026/2027”**; -----
- B.** O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 29 de junho de 2026 da Sr.ª Vereadora Ana Martins no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º229/DA/2025, de 5 de novembro; -----
- C.** Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 29 de junho de 2026, no exercício de

- competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 26 de novembro de 2025; -----
- D. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 03/020220; -----
- E. A aquisição de serviços foi adjudicada em 29 de julho de 2026, assim como foi aprovada a minuta do contrato; -----
- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do contrato em 31 de julho de 2026; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foi emitido o número sequencial de compromisso **148798**. -----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de serviços, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, "**CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO ANO 2026/2027**", nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente prestação de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

1. O prazo de execução da aquisição de bens objeto do presente contrato é de 12 (doze) meses. -----
2. O contrato será publicado no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia do mesmo. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **35.988,00€** (trinta e cinco mil e novecentos e oitenta e oito euros) acrescido de Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%, repartidos nos seguintes termos; -----
- a) **No ano de 2026** o valor de 15.650,80€ (quinze mil seiscentos e cinquenta euros e oitenta centimos); -----

b) **No ano de 2027** o valor de 20.337,20€ (vinte mil trezentos e trinta e sete euros e vinte cêntimos); -----

2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA **(Obrigações Principais)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e respetivos anexos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais: -----

a) Realizar as colheitas das amostras de acordo com Recomendação ERSAR n.º 01/2016, nas datas e locais definidos no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) e no Programa de Controlo Operacional (PCO) a fornecer pela entidade gestora e aprovadas pela ERSAR, com vista à demonstração da sua conformidade e cumprimento do Decreto – Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e respetivas alterações (Decreto-Lei 69/2023 de 21 de agosto); -----

b) Comunicar à entidade gestora os incumprimentos aos valores paramétricos, dando cumprimento às exigências e prazos legais; -----

c) Proceder às determinações analíticas em laboratório próprio e subcontratado, devidamente acreditados e com métodos analíticos acreditados; -----

d) Realizar análises de verificação aos parâmetros onde se registarem incumprimentos; -----

e) Emitir boletins de análise, dando cumprimento aos prazos de entrega definidos na proposta adjudicada; -----

f) Emitir os Editais Trimestrais para publicação dos resultados; -----

g) Inserção dos resultados das análises de água efetuadas ao longo do ano, no ficheiro IDQA fornecido pelo ERSAR, assim como, a disponibilização do mesmo, a esta entidade, no período de submissão dos resultados no portal da entidade reguladora; -----

h) Inserção dos resultados das análises de água efetuadas ao longo do ano, respeitantes aos Reservatórios e Captações Municipais no ficheiro “Dados de Monitorização” fornecido pelo ERSAR, assim como, a disponibilização do mesmo, a esta entidade, no período de submissão dos resultados no portal da entidade reguladora; -----

i) Comunicar à Entidade Gestora, de imediato e por escrito, qualquer circunstância que possa condicionar ou influir na regular execução das prestações objeto do Contrato e, em particular, quaisquer alterações à sua situação jurídica ou comercial, bem como dos seus colaboradores afetos àquela execução. -----

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. ----

CLÁUSULA QUINTA

(Caução)

Atento o valor contratual não é exigível caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

CLÁUSULA SEXTA

(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----
4. As faturas apresentadas pela execução da prestação de serviços, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão de preços)

O preço da prestação de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

CLÁUSULA OITAVA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

CLÁUSULA NONA

(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA DÉCIMA **(Alterações ao contrato)**

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.-----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **(Deveres de informação)**

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **(Dever de Sigilo)**

1. O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. ---
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestores do contrato
, tendo como função o acompanhamento da sua
execução. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA **(Legislação Aplicável e Foro competente)**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; -----
3. Certificado dos Registos Criminais da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa. -----

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. -----

Fazem parte do contrato: o Caderno de Encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa.

O Primeiro Outorgante

Assinado por: **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**
Num. de Identificação:
Data: 2026.08.03 12:09:-----
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de**



O Segundo Outorgante

**JORGE JOSE
PISCO
QUEIROZ**

Assinado de forma digital por JORGE JOSE PISCO QUEIROZ
Dados: 2026.08.04 11:18:27 +01'00'

**ELSA MARIA
EVARISTO
NUNES**

Assinado de forma digital por ELSA MARIA EVARISTO NUNES
Dados: 2026.08.04 11:17:52 +01'00'